



Número: 2ª	Data: 29.06.2018	Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal
------------	------------------	--

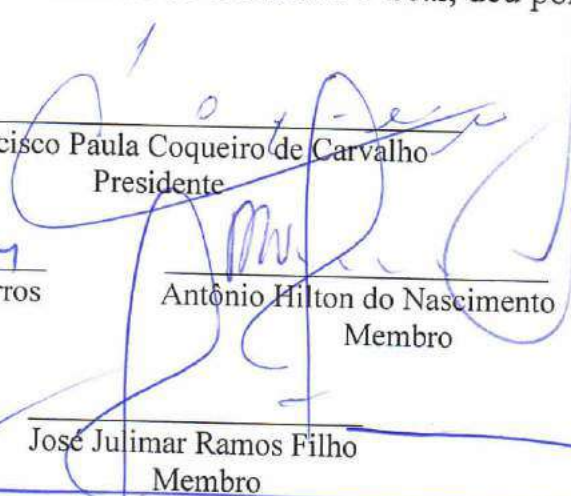
Às 16:00 horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito (29/06/2018) na sede desta Entidade, situada na Rua Senador Teodoro Pacheco nº 1179, 2º andar, sala 204, Ed. Dom Avelar, nesta Capital, o Conselho Fiscal da PREVBEP, por intermédio de seu Presidente, Sr. Francisco Paula Coqueiro de Carvalho deu início aos trabalhos da reunião deste Colegiado.


CONSELHEIROS PRESENTES: Francisco Paula Coqueiro de Carvalho, Francisco Antônio Celestino Barros, Antônio Hilton do Nascimento e José Julimar Ramos Filho.


ASSUNTO PARA DELIBERAÇÃO:

O Conselho Fiscal, de posse de todas as informações solicitadas da Diretoria Executiva da Entidade, após a análise detalhada dos documentos, elaborou e aprova neste ato a Manifestação relativa ao 2º semestre de 2017, através do documento intitulado de “**CONSELHO FISCAL-RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS-SEGUNDO SEMESTRE/2017**”, cujo documento será anexado a esta ata e dela constituirá parte integrante, ficando decidido o encaminhamento da Manifestação ao Conselho Deliberativo para tomada de conhecimento e das providências que venham a ser necessárias, nos termos do Parágrafo Único, Incisos I e II, do artigo 19 da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004.

ENCERRAMENTO: Às 17:30 horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito (29.06.2018), o senhor Presidente do Conselho Fiscal, deu por encerrados os trabalhos da reunião.

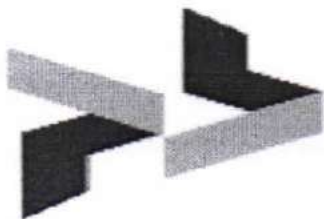

Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Presidente


Francisco Antônio Celestino Barros
Membro


Antônio Hilton do Nascimento
Membro


José Julimar Ramos Filho
Membro


Heitor Siqueira d'Albuquerque-Secretário



**BEP - CAIXA DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

PREVBEP

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

INTRODUÇÃO

Em atendimento à Resolução CMN 3.792, de 28 de setembro de 2009, e artigos 19 e 20 da Resolução CGPC Nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP, para avaliação dos controles internos relativos ao 2º semestre de 2017 e apresenta sua manifestação sobre os seguintes pontos:

1. Gestão dos Ativos do Plano de Benefícios Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa;
2. Gestão de Riscos;
3. Receitas e Despesas do Plano;
4. Gestão dos Passivos do Plano de Benefícios Previdencial;
5. Execução Orçamentária;
6. Controle Tributário e Obrigações Acessórias;
7. Relatório dos Auditores Independentes;
8. Indicadores de Gestão;
9. Análise, Manifestações e Conclusões do Relatório;
10. Recomendações Finais.

1. GESTÃO DOS ATIVOS

1.1. RECURSOS GARANTIDORES

O artigo 3 da Resolução CMN 3.792/2009 define os recursos garantidores como os *formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes às dívidas contratadas com os patrocinadores.*

1.1.1. Cálculo dos Recursos Garantidores do Plano de Gestão Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa

CÁLCULOS DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAL E PGA					
Código	(±)	Contas	Planos		Total Consolidado
			BD	PGA	
1.1.	(+)	Disponível	135.911,50	104.624,91	240.536,41
1.2.3.	(+)	Realizável dos Investimentos	126.346.000,51	16.187.846,07	142.533.846,58
2.1.3.	(-)	Exigível Operacional dos Investimentos	2.236,56		2.238,56
2.2.1.	(-)	Exigível Contingencial dos Investimentos		-	
	(=)	Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	126.479.675,45	16.292.470,98	142.772.146,43

Comentário: Os recursos garantidores da ordem de R\$ 143 milhões, depois de deduzidas as provisões matemáticas (R\$ 83 milhões), o Fundo Previdencial (R\$ 19 milhões), o Fundo Administrativo (R\$ 16 milhões) e o Exigível Contingencial (R\$ 6 milhões), apresentaram um superávit técnico da ordem de R\$ 19 milhões, o que garante ao Plano uma boa solvência.

1.1.2. Gestão dos Recursos Garantidores

1.1.2.1. Alocação dos Recursos Garantidores

Os recursos garantidores, **98,54%**, estão alocados no Fundo BB Terra do Sol - Fundo Multimercado. Constituído em 2011 – CNPJ 13.998.573/0001-06, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tem como objetivo proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

O Fundo destina-se a receber recursos da PREVBEP, investidor exclusivo, classificada com investidor profissional, assim como definido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

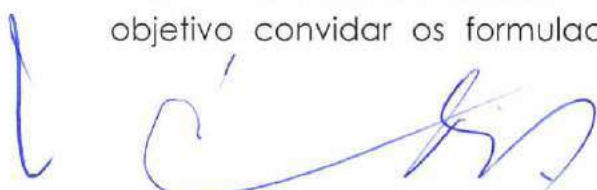
O Fundo é administrado pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – BB DTVM.

As aplicações realizadas pela PREVBEP no Fundo não contam com a garantia da Administradora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, o mesmo está sujeito às oscilações de mercado e pode, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

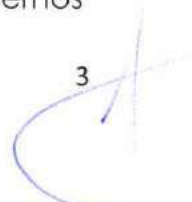
1.1.2.2. Qualificação do Administrador dos Investimentos

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma empresa especialista na gestão de recursos de terceiros e na administração dos fundos de investimento dos clientes do Banco do Brasil, distribuídos na maior rede de atendimento bancário do país. A empresa iniciou suas atividades em 1986 e ao longo desses anos passou por mudanças para aperfeiçoar sua estrutura. A BB DTVM é líder da indústria nacional de fundos de investimento e carteiras administradas, com patrimônio superior a R\$ 900 bilhões, conforme ranking da ANBIMA.

Em dezembro de 2016, a BB DTVM assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório "Dever Fiduciário do Século XXI", iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos



3



nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento.

Desde 2012, a BB DTVM possui a "Certificação Internacional ISO 9001:2008 – Qualidade Total", pela Fundação Vanzolini, um dos mais renomados títulos em qualidade de serviços e processos de análise de risco de crédito. A certificação foi renovada em 2015, com validade até 1º de outubro de 2018.

Em outubro de 2016, a BB DTVM aderiu ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

1.1.2.2.a – Rating da Administradora do Fundo BB Terra do Sol

A Moody's, uma das principais agências classificadoras de risco do mundo, atribuiu à BB DTVM o rating MQ1, excelência em qualidade de gestão.

O conceito consolida a qualidade do trabalho desenvolvido pela Administradora há mais de 30 anos e certifica o alto grau de autonomia concedido à BB DTVM na realização de seus processos, agregando, dessa forma, grande valor à instituição.

O rating de Qualidade de Gestão proporciona ao investidor uma avaliação independente da empresa, da estrutura organizacional da instituição, sua capacidade de gerenciamento de risco e controles operacionais. É um importante diferencial, pois oferece ao mercado uma opinião imparcial sobre a qualidade geral da organização, incluindo características de gerência e práticas operacionais.

A Moody's é especialista na classificação de qualidade de gestão a administradores de fundos, além de qualificação de dívidas de emissores de títulos; de colocação de títulos de emissão privada; de obrigações; de financiamento de projetos no mercado internacional e outras atividades relacionadas ao mercado financeiro.

Agência Classificadora de Risco: Moody's América Latina

Classificação: Manager Quality 1 – MQ1 em qualidade de gestão

Divulgação: https://www.moody.com/research/A-Moodys-afirma-a-avaliacao-de-Qualidade-de-Gestor-de-PR_256618 - Data Novembro de 2012.

1.1.2.2.b – Premiações recebidas pela DTVM

Edição TOP Asset

Maior Gestor no Ranking Geral

Maior Gestor nas categorias Fundos de Pensão, Recursos de Capitalização e Varejo

Período de análise: 1º semestre de 2016

Fonte: Revista Investidor Institucional - Edição: 284 - Agosto/2016

Melhor Banco para Investir nas categorias Multimercado e Varejo Seletivo

Período de Análise: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015

Fonte: FGV - <http://cef.fgv.br/node/23>

1.1.2.2.c – Auditora do Fundo BB Terra do Sol

Contratada pela administradora do Fundo, BBDTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a empresa KPMG - Auditores Independentes emitiu relatório sobre as demonstrações contábeis do Fundo BB Terra do Sol, com base em 31.12.2017, com as seguintes principais conclusões:

- As demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BB Terra do Sol Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela instrução Nº 555/14 da Comissão de Valores Mobiliários;
- Em 31 de dezembro de 2017, o Fundo possuía 100% de seu patrimônio líquido representado por ativos financeiros mensurados ao valor justo, para os quais os preços e indexadores/parâmetros são observáveis no mercado, registrados e custodiados em órgãos regulamentados de liquidação e custódia (SELIC e B3 S.A-Brasil, Bolsa, Balcão);
- Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão, por sua própria natureza, sujeitos a flutuações de preços/cotações do mercado e aos riscos de crédito e liquidez, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo. Para gerenciar os riscos de mercado e liquidez inerentes a cada fundo, a Administradora possui em sua estrutura uma Gerência Executiva responsável por estes riscos. Adotando a política de segregação dos portfólios e a gestão de risco, esta Gerência Executiva responde diretamente ao Diretor Presidente da Administradora;



- A remuneração da Administradora é calculada a uma taxa de 0,09% ao ano e paga diariamente. No ano de 2017 a taxa de administração cobrada ao Fundo foi de R\$ 119.000,00;

- A rentabilidade do Fundo e Patrimônio Líquido Médio:

Exercícios	Patrimônio Líquido em R\$ 1.000	Rentabilidade %
2016	120.652	18,26
2017	134.854	13,49

1.1.2.3. O AETQ – Administrador Tecnicamente Qualificado

O Administrador Tecnicamente Qualificado – AETQ é o Sr. Hali Andrade de Magalhães Braga, Diretor de Seguridade da PREVBEP, com certificação N° 20017.2426, homologado pela PREVIC.

1.1.2.4. Administração dos Recursos Garantidores – Fundos de Investimentos e Carteira Própria

Discriminação da Forma de Administração dos Recursos Investidos				
Renda Fixa: Fundo de Investimentos e Carteira Própria				
Gestor	Nome Tipo de Ativo	Segmento	Valor	Part %
1. Fundo de Investimentos			140.688.280,42	98,54
1.1. BDTVM S.A	Fundo BB Terra do Sol	Renda Fixa	140.688.280,42	
2. Carteira Própria			1.845.566,16	1,29
2.1.1. PREVBEP	Investimentos Imobiliários	Imóveis para Renda	1.424.260,24	
2.1.2. PREVBEP	Empréstimos e Financiamentos	Empr. aos Participantes	421.305,92	
3. Outros Investimentos				
4. Disponibilidades			240.536,41	0,17
5. Exigível Operacional dos Investimentos			2.238,56	0,00
5.1. Exigível Operacional dos Investimentos			2.238,56	
5.2. Exigível Contingencial dos Investimentos				
Total dos Recursos Garantidores dos Planos Previdencial e PGA em 31/12/2017			142.772.144,43	100,00

Comentário: A PREVBEP, devido ao seu porte, resolveu acertadamente por terceirizar a administração dos recursos garantidores.

1.1.2.5. Alocação dos Recursos Garantidores – Por Segmentos e Limites de Aplicação

Alocação de Recursos e Limites por Segmento de Aplicação							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Valores em 31.12.2017		Limites (%)		Status de
Segmento	Legal	Política de Investimento	R\$	% V	Inferior	Superior	Enquadramento
Renda Fixa	100,00	100	117.674.332,20	82,56	80,00	100,00	80 < 98,74 < 100,00
Renda Variável	70,00	20,00	23.013.948,20	16,15	0,00	20,00	0 < 16,16 < 20
Imóveis	8,00	8,00	1.423.166,97	1,00	0,00	8,00	0 < 0,97 < 8,00
Operações. Participantes	15,00	1,00	422.545,24	0,30	0,00	15,00	0 < 0,29 < 15,00
Total			142.533.992,61	100,00			

Comentário: Embora a aplicação em renda variável represente apenas 16%, ela tem peso significativo na rentabilidade do Fundo, em função das oscilações bruscas na Bolsa de Valores. Esse percentual, até o momento, tem se mostrado adequado, uma vez que no longo prazo as aplicações na Bolsa têm mostrado que superam a renda fixa. No que se refere ao enquadramento da aplicação dos recursos por segmento, tanto quanto ao aspecto legal e à Política de Investimentos da PREVBEP, está de acordo com o que determina a Resolução do CMN N° 3.792/2009 e Resolução do CMN N° 4.275/2013.

1.1.2.6. Segmentação dos Ativos dos Recursos Garantidores

Gestão dos Recursos Garantidores							
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Data Base: 31.12.2017		Limites (%)		Status de Enquadramento
Segmento	Legal	Política de Investimento	Valores		Inferior	Superior	
			R\$	% V			
RENDA FIXA	100	100	117.542.054,96	82,47	80	100	Inferior a Legal / Política
TDMF	100	100	59.753.523,73	42,47		100	Inferior a Legal / Política
Ativos de Renda Fixa	80	45	57.788.531,23	41,08		45	Inferior a Legal / Política
LF, CDB e DPG	80	45	22.890.575,37	16,27		45	Inferior a Legal / Política
Debentures	80	45	32.771.779,16	23,29		45	Inferior a Legal / Política
Demais TVM	20	10	2.126.176,70	1,49		5	Inferior a Legal / Política
RENDA VARIÁVEL	70	20	23.145.742,22	16,36	0	20	Inferior a Legal / Política
Ações	70	40	23.145.742,22	16,36	20	40	Inferior a Legal / Política
Imóveis	8	2	1.424.260,24	1,00		8	Inferior a Legal / Política
Op. Participantes	15	1	421.305,92	0,30		1	Inferior a Legal / Política
Total			142.533.363,34	100,00			

Comentário: Enquadramento dentro do limite legal e da Política de Investimentos.

1.1.2.7. Enquadramento dos Investimentos por Emissor

Gestão dos Recursos Garantidores							
)							
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Data Base: 31.12.2017		Limites (%)		Status
Investimentos por Emissor	Legal	Política de Investimento	Valores		Inferior	Superior	de
			R\$	% V			
Tesouro Nacional	100	100	59.753.523,73	42,51	0	100	Grupo Menor que Legal e PI
Instituição Financeira	20	10	12.128.109,52	8,63	0	10	Grupo Menor que Legal e PI
Tesouro Estadual ou Municipal	10	0			0	0	
Companhia Aberta com Registro na CVM	10	45	57.261.624,36	40,74	0	45	Grupo Menor que Legal e PI
Organismo Multilateral	10	0			0	0	
Companhia Securitizadora	10	0			0	0	
Patrocinador do Plano de Benefício	10	10	11.411.593,85	8,12	0	10	Grupo Menor que Legal e PI
FIDC/FIC/FIDC	10	10			0	10	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10	10			0	10	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	10	0			0	0	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	10	0			0	0	
Total			140.554.851,46	100,00			

Comentário: Existe uma boa distribuição das aplicações por emissor, mantendo a maior parte em ativos mais seguros como os Títulos do Tesouro Nacional.

1.1.2.8. Verificação dos enquadramentos de concentração dos Investimentos por Emissor

Gestão dos Recursos Garantidores			
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores			
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Status de Enquadramento
Concentração por Emissor	Legal	Política de Investimento	
% Do capital votante de uma mesma Companhia Aberta	25	10	Enquadrado
% Do capital total de uma mesma Companhia Aberta ou de uma SPE	25	10	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de uma mesma Instituição Financeira	25	10	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Índice referenciado em cesta de ações de Companhia Aberta	25	10	Enquadrado
% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	25	0	Não se aplica

% Do Patrimônio Líquido de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos no Exterior	25	0	Não se aplica
% Do Patrimônio Líquido de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25	0	Não se aplica
% Do Patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	25	10	Não se aplica

1.1.2.9. Verificação dos Enquadramentos de Concentração por Investimento

Gestão de Recursos Garantidores			
Verificação dos Enquadramentos dos Recursos Garantidores			
Plano de Benefício BD	Limites (%)		Status de Enquadramento
Concentração por Investimento	Legal	Política de Investimento	
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	25	10	Enquadrado
% De uma mesma série ou classe de FIDIC	25	10	Não se aplica
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25	10	Não se aplica

1.1.2.10. Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido do Fundo de Investimento Multimercado BB Terra do Sol

Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas

	2017	2016
Patrimônio Líquido/Início dos exercícios		
74.056.900,585 cotas a R\$ 1,723217	127.616	
76514192,453 cotas a R\$ 1,457173		111.494
Cotas emitidas nos exercícios		
135.245,724 cotas		220
Cotas resgatadas nos exercícios		
2.116.862,386 cotas	-2.118	
2.592.537,592 cotas		-2.594
Variações nos resgates de cotas	<u>-1.802</u>	<u>-1.572</u>
Patrimônio Líquido antes do resultado	<u>123.696</u>	<u>107.548</u>
Composição dos resultados dos exercícios		
Ações		
Valorização a preço de Mercado	3.263	4.801
Resultado das Negociações	1.461	1.014
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	<u>612</u>	<u>641</u>
Renda Fixa		
Apropriação de rendimentos	10.756	12.113
Valorização a preço de mercado	879	3.231
Resultado nas negociações	<u>646</u>	<u>-1.153</u>
	<u>12.281</u>	<u>14.191</u>
Demais Receitas		
Ganhos de Capital	2.133	3.403

Receitas Diversas	541	1.496
	<u>2.674</u>	<u>4.899</u>
Demais Despesas		
Perdas de Capital	-3.098	-5.287
Remuneração da Administração	-42	-38
Serviços contratados pelo Fundo	-77	-70
Auditoria e Custódia	-46	-43
Taxa de Fiscalização	-25	-28
Despesas Diversas	<u>-11</u>	<u>-12</u>
	<u>-3.299</u>	<u>-5.478</u>
Resultados dos exercícios	<u>16.992</u>	<u>20.068</u>
Patrimônio Líquido no final do exercício		
71.940.038,199 cotas a R\$ 1,955633	140.688	
74.056.900,585 cotas a R\$ 1,723217		127.616

Comentário: O Patrimônio Líquido do Plano BB Terra do Sol teve um crescimento de 10,24% em relação ao ano anterior.

1.1.2.11. Rentabilidade dos Investimentos no Semestre e Acumulado no Ano

Rentabilidade dos Planos Versus Meta Atuarial e Benchmark por Segmentos										
Segmentos	Rentabilidade Mensal – 2º Semestre / 2017						Acumulada		Meta Atuarial	Benchmark
	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Sem.	Ano		
Plano Gestão Previdencial										
Renda Fixa	1,94	1,94	1,51	0,51	- 0,27	1,68	7,51	13,47	6,66	16% IBRx + 20% IMA-B + 64% CDI
• Fundo BB Terra do Sol	1,94	1,94	1,51	0,51	- 0,27	1,68	7,51	13,47	6,66	16% IBRx + 20% IMA-B + 64% CDI
Renda Variável										
Investimentos Estruturados										
Investimentos no Exterior										
Investimentos Imobiliários	0,92	0,98	1,36	1,54	1,80	- 0,25	6,52	12,12	6,66	IGPM
Operações Participantes com	1,47	1,00	2,30	0,48	- 0,42	- 0,12	4,78	10,32	6,66	1,25 a.m.
Valores a Recuperar										
Plano Gestão Administrativa										
Renda Fixa										
• Fundo BB Terra do Sol	1,95	1,93	1,51	0,51	- 0,27	1,68	7,51	13,47	6,66	16% IBRx + 20% IMA-B + 64% CDI
Total	1,93	1,92	1,52	0,52	- 0,25	1,65	7,49	13,44	6,66	
Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência do Plano				Indexador	Taxa de Juros a.a.					
				INPC	4,50%					

Comentário: A rentabilidade dos investimentos em 2017 foi de 13,44%, superando em 6,78% a meta atuarial de 6,66%.

1.1.2.12. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES

Pelo exposto neste Relatório sobre os Recursos Garantidores do Plano de Gestão Previdencial – PGP e do Plano de Gestão Administrativa – PGA constatamos que estão de acordo com o que determina a Resolução CMN 3.792/2009 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, atendendo às diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos de 2017.

2. GESTÃO DE RISCOS

Para o gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez inerentes a cada Fundo, a Administradora Externa possui em sua estrutura uma Gerência Executiva responsável por estes riscos. Adotando a política de segregação entre a gestão dos portfólios e a gestão de risco, as responsabilidades dessa Gerência, em relação aos riscos de mercado e liquidez, consistem em:

- a) *Propor políticas e estratégias para gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez;*
- b) *Propor desenvolver modelos, processos e instrumentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado e de liquidez;*
- c) *Assessorar na gestão dos riscos de mercado e liquidez dos Fundos de Investimentos;*
- d) *Avaliar a aderência dos modelos de riscos de mercado;*
- e) *Promover o alinhamento da Entidade à regulamentação e autorregulação referente à gestão dos riscos de mercado e liquidez de fundos de investimento.*

2.1. RISCO DE MERCADO

Considerando que os recursos da PREVBEP estão investidos, majoritariamente, no segmento de renda fixa, através do Fundo BB Terra do Sol FI Multimercado, Fundo Exclusivo, o controle dos riscos citados é feito em áreas específicas do gestor, cabendo a eles zelar pela adequada gestão dos riscos envolvendo os investimentos da Entidade.

O Monitoramento deste risco na Entidade dá-se dentre outros meios, pelo:

- a) *Acompanhamento diário/mensal dos Relatórios Gerados sobre o Desempenho do Fundo BB Terra do Sol, em seus segmentos de aplicação, em renda fixa e variável.*
- b) *Confronto dos relatórios de posição dos fundos com os limites regulamentares específicos.*

Os critérios de precificação dos ativos e avaliação de risco do gestor foram avaliados no processo de sua contratação e são reavaliados periodicamente.

Os riscos de mercado estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos e nos Normativos da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e IN/SPC/MPS nº 14, de 18 de janeiro de 2007.

2.2. RISCO DE CRÉDITO

O comitê de crédito do gestor externo dos investimentos é responsável pelo acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras e não financeiras. Além dos critérios de análise de crédito usuais, é considerada a classificação de "rating" (avaliação) estabelecida pelas agências especializadas. Caso um título possua "rating" (avaliação) de mais de uma agência é válido o menor "rating" (avaliação).

Na PREVBEP a gestão do risco de crédito está sendo realizada considerando principalmente a classificação de risco das principais Agências classificadoras de "ratings" (avaliação), em títulos de dívida bancária ou corporativa e nas operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

O risco de crédito das carteiras da PREVBEP também é administrado através da definição de limites de diversificação por emissor.

2.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A PREVBEP mantém rigoroso sistema de fluxo de caixa e mediante análises contábeis do Ativo e Passivo, de forma regular, são feitas avaliações para apurar quaisquer focos de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas. Ainda todos os compromissos são quitados nas datas aprezadas evitando-se encargos por atrasos.

Ademais, considerando que o fluxo de receita Previdencial é insuficiente para honrar mensalmente a folha de benefícios, são programados resgates do Fundo, para a data próxima de pagamento, evitando-se valores em caixa sem rentabilidade, até porque devemos considerar as possibilidades de perda decorrente das diferenças temporais entre os fluxos de caixa gerados pelos ativos e passivos, bem como, de perda decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado.

2.4. RISCO OPERACIONAL

A PREVBEP zela permanentemente pela exatidão e consistência das informações cadastradas, determinando procedimentos de contingência e segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas, de modo a garantir a



integridade e segurança dos dados armazenados e a realização dos processos dentro dos padrões e rotinas estabelecidas.

Atenção é dada a possíveis riscos operacionais advindos de Recursos Humanos e/ou Sistemas, sendo que quaisquer alterações operacionais e ou legais são repassadas aos colaboradores da área contábil e de seguridade em tempo hábil, de modo a evitar a possibilidade de falhas.

São orçadas anualmente verbas para fins de treinamento de pessoal, visando a qualificação técnica para condução dos processos.

2.5. RISCO LEGAL

A PREVBEP possui uma agenda de compromissos (periodicidades e responsáveis) para minimizar o risco do não cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, através de serviço terceirizado de assessoria jurídica nas esferas cíveis e trabalhistas.

2.6. RISCO SISTÊMICO

O gerenciamento do risco sistêmico é realizado pelos gestores buscando sempre minimizar a exposição dos ativos a riscos desta natureza, ou seja, atentos às variações ocorridas no mercado financeiro quando da negociação de papéis do Fundo.

2.7. RISCO DE GESTÃO

A terceirização da gestão de recursos requer o monitoramento dos prestadores de serviço que se encarregam da tarefa. Para mitigar esse risco, todos os processos de seleção dos gestores são conduzidos conforme diretrizes estabelecidas em documentos internos.

Além disso, há o acompanhamento, com assessoria de consultoria especializada, dos seguintes pontos relativos aos gestores terceirizados:

- *Alterações profundas na estrutura da instituição gestora dos recursos;*
- *Mudanças na equipe principal;*
- *Mudança de perfil de risco dos investimentos;*
- *Eventuais desenquadramento.*

Com isso, o risco de gestão e, conseqüentemente, o risco de terceirização é minimizado.



3. RECEITAS E DESPESAS DO PLANO

3.1. RENTABILIDADE LÍQUIDA ANUAL

	ANO	
	2016	2017
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS		
Fundo BB Terra do Sol	21.277.253,93	17.372.907,57
Imóveis	98.195,34	115.780,48
Empréstimos	116.210,47	64.660,63
Outras Receitas (1)		145.207,89
(-) Deduções/Variações Negativas (2)	1.248.916,72	416.203,37
(-) Custeio	960.000,00	1.140.000,00
FLUXO DOS INVESTIMENTOS (3)	19.282.743,02	16.142.353,20

(1) Devolução CPMF paga "a maior".

(2) Variação negativa fundo/depreciação imóveis/tarifas/provisão perdas.

(3) Consolidado (PGA + Previdencial) - Conta 5.8, balancete consolidado.

3.2. CONTRIBUIÇÕES DO PATROCINADOR E PARTICIPANTES

	ANO	
	2016	2017
CONTRIBUINTES DO PLANO		
Patrocinador	211.083,40	181.906,91
Participantes Ativos	266.286,59	213.890,58
Assistidos	137.267,85	169.282,23
Autopatrocinados	85.153,72	109.417,53
Provisões (1)		38.720,82
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	699.791,56	713.218,07

(1) Provisões relativas a Contribuições (normalizado a partir de 2017).

3.3. PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS

	ANO	
	2016	2017
TIPO DE BENEFÍCIO		
Aposentadoria Programada	2.183.663,35	2.510.394,73
Invalidez	231.724,97	222.885,26
Pensões	178.099,09	175.216,56
Auxílios	87.180,24	52.141,69
Provisões (1)		246.317,73
Provisão p/perdas Auto patrocinado	8.569,76	
Resgate/Saque	56.351,88	
TOTAL DOS BENEFÍCIOS PAGOS	2.745.589,29	3.206.955,97

(1) Provisões para pagamento do 13º salário (normalizado a partir 2017).

3.4. APURAÇÃO DO RESULTADO

	ANO	
	2016	2017
DISCRIMINAÇÕES		
Resultado dos Investimentos (1)	16.922.908,06	14.172.506,95
Contribuições	699.791,56	713.218,07
Remuneração das Contribuições	6.830,82	57,16
(-) Benefícios Pagos	2.745.589,29	3.205.705,15
(-) Contingências	-1.307.222,63	391.675,27
(-) Reservas (2)	8.027.319,04	5.731.384,35
(-) Fundo Previdencial	6.827.236,31	4.470.171,91
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	1.336.608,43	1.086.845,50

(1) Previdencial. Conta 5.8 Balancete Empresa.

(2) Processos Judiciais/Depósitos Judiciais/ Recursais.

(3) Constituição/reversão provisões atuariais.

Comentários: As receitas do Plano de Benefícios são compostas basicamente das aplicações no mercado financeiro, através do Fundo BB Terra do Sol, dos empréstimos feitos aos participantes, do aluguel de imóveis e das contribuições do patrocinador e dos participantes. Comparativamente ao ano anterior, essas receitas tiveram decréscimos, notadamente pela diminuição da rentabilidade do Fundo BB Terra do Sol, que em 2016 foi de 18,26%, contra 13,49% em 2017 (ver quadros acima). O resultado líquido dos investimentos (deduzidos os recursos destinados ao custeio e as taxas administração do Fundo), somaram em 2017 o valor de R\$ 14.172.506,95, que somados as contribuições e deduzidos dos benefícios pagos aos participantes, das contingências, reservas e fundo previdencial, apresentou um superávit de R\$ 1.086.845,50, inferior o exercício anterior no valor de R\$ 1.336.608,43.

4. GESTÃO DOS PASSIVOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAL

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO PASSIVO

4.4.2. Ações Judiciais

No Relatório de Acompanhamento das Ações nas Justiças Cível e Trabalhista, encaminhado pela Diretoria Executiva a este Conselho, com posição de 01/06/2018, consta que existiam 66 processos contra a PREVBEP, sendo 19 processos referentes à mudança de índice dos benefícios de TR para INPC; 27 processos que solicitam o auxílio alimentação e 20 processos referente ao reajuste de 61,23%, relativo ao acordo coletivo firmado entre o Banco do Estado do Piauí S.A. e o Sindicato dos Bancários.

Para os processos relativos à mudança de índice, com base em parecer jurídico de insucesso com relação às ações em curso, foi constituído Exigível Contingencial no montante de R\$ 6. 424 mil, com base em 31.03.2018.

Em relação aos processos referentes ao auxílio alimentação, foi firmando acordo entre a PREVBEP e o Banco do Brasil, em abril de 2016, pelo qual o Banco do Brasil continuará efetuando o ressarcimento dos valores integrais para os processos em fase de execução que já vêm sendo ressarcidos. A partir do convênio, nas decisões e sentenças que atribuem solidariedade entre o Banco e a PREVBEP, o valor ressarcido será limitado a 50% do valor a ser implantado. A Diretoria entende que, até o presente momento, não existe a necessidade de constituição de provisão, e que qualquer ajuste será feito na reserva matemática do assistido.

Quanto aos processos de reajuste de 61,23%, a Diretoria entende que essas ações não devem prosperar, tendo em vista haver decisão de segunda instância favorável à PREVBEP e, dessa forma, não vislumbra a necessidade de constituição de provisão. Entende, ainda, que, em última instância, a suposta obrigação é o do Banco do Brasil.

O Conselho Fiscal entende que o acompanhamento sistemático dessas ações pela Diretoria Executiva e a constituição do Exigível Contingencial confere margem de segurança à integridade do Plano.

4.4.3. Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios BEP

4.4.3.1. Base Cadastral

O cadastro dos participantes é o marco zero dos Planos de Benefícios. Dessa forma, é imperativo que a Entidade possua uma política de atualização do mesmo e o mantenha atualizado, pois ele serve de base para que o atuário possa estabelecer as hipóteses biométricas (tábuas de mortalidade geral e de invalidez e rotatividade) e as hipóteses financeiras (crescimento real de salários, taxas de juros e fator de capacidade).

Por solicitação deste Conselho, a Diretoria através da PREVBEP Nº 2018/100, de 24 de julho de 2018, apresentou como se dá o processo de atualização cadastral, dizendo que faz parte de seus controles internos. Disse: "o cadastro dos participantes é gerido por um sistema informatizado Gestor Previdencial, onde são armazenados em meio digital com backups diários. Neste ambiente são realizados todas as informações cadastrais, previdenciárias e controle dos empréstimos dos participantes. O acesso ao sistema é feito somente por pessoa autorizada por meio de login e senhas pessoais em ambiente interno da PREVBEP.



A Entidade realiza periodicamente a conferência do cadastro dos participantes, tendo no calendário anual a realização do CENSO PREVIDENCIÁRIO. Os documentos comprobatórios desta base de dados cadastrais são armazenados fisicamente no dossiê do participante e também são arquivados em meio digital protegidos no servidor da Entidade e com redundância de segurança com backups no servidor do fornecedor do programa Gestor Previdencial".

4.4.3.2. Dados Estatísticos

Os dados utilizados pelo atuário foram gerados com data-base de 30/09/2017. Segundo a Mirador – Atuária do Plano BEP de Benefícios – os dados cadastrais foram submetidos individualmente através de testes de consistência específicos e que, os mesmos, após alguns ajustes feitos pela PREVBEP, estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

Participantes Ativos	2016	2017
Frequência dos Participantes	45	40
Idade Média (anos)	56	56
Tempo Médio de Empresa (anos)	32	33
Tempo Médio de Serviço futuro (anos)	2	2
Folha de Salários mensal R\$ 1,00	402.404,41	394.974,46
Salário Médio – RS 1,00	8.942,32	9.874,36
Participantes Aposentados Válidos	2016	2017
Frequência dos Participantes	97	102
Idade Média (anos)	67	68
Folha de Benefício Mensal – R\$ 1,00	174.266,45	210.332,05
Benefício Médio Mensal – R\$ 1,00	1.796,56	2.062,08
Participantes Aposentados Inválidos	2016	2017
Frequência dos Participantes	13	13
Idade Média (anos)	63	63
Folha de Benefício Mensal – R\$ 1,00	17.384,88	18.573,75
Benefício Médio Mensal – R\$ 1,00	1.333,30	1.428,75
Pensionistas	2016	2017
Frequência de grupos familiares	33	33
Idade Média (anos)	73	73
Folha de Benefício Mensal – R\$ 1,00	13.699,93	14.601,38
Benefício Médio Mensal – R\$ 1,00	415,15	442,47

4.4.3.3. Evolução das Premissas e Hipóteses Atuariais

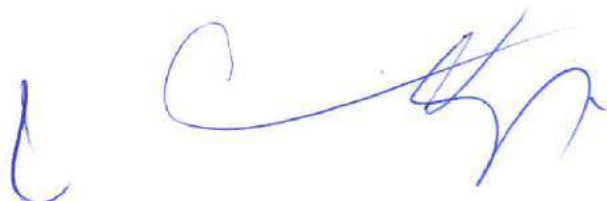
EVOLUÇÃO DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS		
Premissas/Hipóteses	Exercícios	
	Anterior (2016)	Atual (2017)
Econômicas/Financeiras		
Taxa de Juros para desconto a valor presente	4,50% a.a.	4,50 % a.a.
Crescimento Real de Salários	3,1% a.a.	3,1% a.a.
Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.

Fator de Capacidade Salarial	100,00%	100,00%
Fator de Capacidade do Benefício	100,00%	100,00%
Biométricas		
Mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10%	AT 2000 suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Demográficas		
Rotatividade	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria programada	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade
Composição Familiar	. Percentual de casados 82%	. Percentual de casados 82%
	. Diferença de idade entre titular e cônjuge: 5 anos	. Diferença de idade entre titular e cônjuge: 5 anos
	. Filho Temporário até 24 anos	. Filho Temporário até 24 anos
Tempo de Contribuição a Previdência Social	Idade atual menos 18 anos	Idade atual menos 18 anos
Regime Financeiro e Método de Financiamento		
Tipos	Regime	Método
Aposentadorias Concedidas e Reversão em Pensão	Capitalização	Agregado
Aposentadoria a Conceder e Reversão em Pensão	Capitalização	Agregado
Pensões Por Morte já concedidas	Capitalização	Agregado
Pensão Por Morte em Atividade a Conceder	Capitalização	Agregado
Auxílio – Reclusão	Repartição Simples	
Auxílio – Doença	Repartição Simples	
Auxílio – Natalidade	Repartição Simples	
Auxílio – Funeral	Repartição Simples	
Abono Anual	Conforme o tipo de benefício	

Os participantes aposentam-se quando preenchem a primeira das seguintes condições:

- . 65 (60) anos de INSS para homens (mulheres);
 - . 10 anos de serviços na patrocinadora.
- Ou
- . 35 (30) anos de INSS para homens (mulheres);
 - . 57 anos de idade; e
 - . 10 anos de serviços na patrocinadora.

Comentário: Para projeção do passivo previdenciário do Plano da PREVBEP foram consideradas as premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVBEP, embasadas nos Estudos de Adequação de Premissas Mirador 0867/2016 (Premissas Biométricas, Demográficas e Econômicas) e Mirador 1145/2017 (Premissas Financeiras). A taxa de juros anual (taxa de desconto atuarial) está adequada às exigências das Resoluções N° 9 e N° 10 do CNPC, de novembro e dezembro de 2012. A tábua de mortalidade (AT-2000 suavizada em 10%), a taxa real de desconto (4,5%) e a rotatividade (nula), bem como os regimes financeiros e os métodos de financiamento atendem aos requisitos previstos na Resolução CGPC N° 18/2006, bem como suas atualizações posteriores.




4.4.3.4. Evolução do número de participantes no plano previdencial

Caracterização Passivo		
Evolução do Número de Participantes no Plano Previdencial		
Participantes e Assistidos	Plano Previdencial	
	Quantidade	
	Semestre Anterior	Semestre Atual
Ativos	29	29
Autopatrocinados	12	9
Assistidos Aposentados	114	117
Assistidos Pensionistas	33	33
Total de Participantes e Assistidos	188	188

Posição: 31.12.2017.

Comentário: Em razão do plano estar fechado a novas adesões, exceto àqueles procedentes do antigo BEP, que ainda estão trabalhando no patrocinador, o Banco do Brasil, a movimentação se dá apenas entre Ativos, Autopatrocinados e Assistidos (Aposentados e Pensionistas). Em relação ao semestre anterior, houve movimentação entre Autopatrocinados (3) e Assistidos Aposentados (3).

4.4.3.5. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

Conta Contábil	Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano		
	Patrimônio de Cobertura do Plano	Valores Semestrais - R\$1,00	
		Anterior	Atual
2.3.1.1.01.	Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	37.478.772,10	41.916.093,03
2.3.1.1.02.	Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	41.157.358,04	40.717.460,72
2.3.1.1.03.	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	78.636.130,14	82.633.553,75
2.3.1.2.	Equilíbrio Técnico	19.909.156,16	18.774.343,41
2.3.1.	Patrimônio de Cobertura do Plano Total	98.545.286,30	101.407.897,16

Comentário: Para constituição do patrimônio de cobertura do Plano, do total do Ativo são subtraídos os Fundos Administrativos, Previdencial e o Exigível Contingencial, uma vez que esses recursos podem estar comprometidos com outras obrigações que não o pagamento de benefícios assumidos com os participantes, tais como pagamento a terceiros ainda não concluídos, cobertura de possíveis perdas em ações judiciais ou fundos para cobertura de riscos do plano. Em relação ao semestre anterior, o Patrimônio de Cobertura teve um acréscimo de 2,90%.

4.1.3.6 Ativo Líquido do Plano, Solvência, Superávit Técnico e Grau de Maturidade do Plano.

Código	±	SOLVÊNCIA DO PLANO DE BENEFÍCIOS	
		Contas	Valor - Real
1.	(+)	ATIVO TOTAL	
			142.964.297,24
1.2.1.1.02.	(-)	CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	
			1.178,70
2.1.	(-)	EXIGÍVEL OPERACIONAL	
			134.290,28
2.2.	(-)	EXIGÍVEL CONTIGENCIAL	
			6.323.702,83
2.3.2.2.	(-)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	
			16.295.905,65
	(=)	PATRIMÔNIO DE SOLVÊNCIA OU ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	
			120.209.219,78
2.3.1.1.01.	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
			41.916.093,03
	(=)	GARANTIA BRUTA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	
			78.293.126,75
2.3.1.1.02	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	
			40.717.460,72
	(=)	GARANTIA BRUTA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER	
			37.575.666,03
2.3.1.1.03	(-)	PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	
	(=)	SOLVÊNCIA LÍQUIDA OU SUPERÁVIT TÉCNICO	
			37.575.666,03
Fórmula		2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	41.916.093,03
		2.3.1.1. Provisões Matemáticas	82.633.553,75
			50,73%

Comentário: Em 31.12.2017 o plano apresentou um Superávit Bruto de R\$ 37.575.666,03, que de acordo com a Resolução CGPC Nº 26/2008 e CNPC Nº 22/2015, deve ser alocado em Fundos Previdenciais Específicos para a revisão do Plano de Benefícios. Desse total, R\$ 18.774.343,41 constituíram a Reserva de Contingência e R\$ 18.802.501,32 é o Resultado a Distribuir entres os participantes, no valor de R\$ 12.832.707,15, e o patrocinador no valor de R\$ 5.969.794,17.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – ORÇADO X REALIZADO

Descrição	Acumulado até: 31/12/2017		Variação %
	Orçado	Realizado	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.037.652,96	1.811.512,36	-11,10%
Pessoal e Encargos	1.137.391,18	1.027.967,33	-9,62%
Conselheiros	139.388,12	128.186,88	-8,04%
Diretoria	843.079,06	746.171,92	-11,49%
Pessoal Próprio	154.923,99	153.608,53	-0,85%
Salários	63.482,69	60.862,93	-4,13%

Encargos	25.553,06	24.240,91	-5,14%
Provisões	12.344,10	12.711,23	2,97%
Benefícios	53.544,14	55.793,46	4,20%
Treinamento/Congressos/Seminários	17.500,00	6.567,00	-62,47%
Viagens e Estádias	23.500,00	4.664,80	-80,15%
Serviços de Terceiros	489.756,22	523.372,40	6,86%
Pessoas Físicas	193.282,00	213.644,85	10,54%
Consultoria Jurídica	110.693,99	110.191,21	-0,45%
Assessoria Administrativa	82.588,01	103.453,64	25,26%
Pessoas Jurídicas	296.474,22	309.727,55	4,47%
Consultoria Atuarial	78.876,53	78.594,12	-0,36%
Consultoria Contábil	121.297,74	134.465,41	10,86%
Informática	82.881,56	80.480,02	-2,90%
Auditoria Contábil	13.418,39	16.188,00	20,64%
Despesas Gerais	144.546,30	84.655,97	-41,43%
Suprimentos	14.115,54	7.848,69	-44,40%
Diversas	85.430,76	73.457,28	-14,02%
Energia	9.414,48	7.264,34	-22,84%
Telefone	10.935,12	8.577,41	-21,56%
Correios e Malotes	11.490,48	5.006,79	-56,43%
Comunicação de Dados	3.741,84	1.177,58	-68,53%
Impressões e Encadernações	5.211,24	2.285,88	-56,14%
Entidades e Associações	13.041,36	9.775,00	-25,05%
Cartório, Publicações e Editais	495,48	1.571,14	217,09%
Condução e Transporte	1.554,84	1.945,58	25,13%
Aluguel	29.545,92	29.545,92	0,00%
Conserto e Manutenção	0,00	6.307,64	
Eventuais	45.000,00	3.350,00	-92,56%
Depreciação e Amortização	6.992,69	6.833,33	-2,28%
Tributos	217.966,57	157.451,53	-27,76%

Comentário: O valor realizado ficou aquém em 11,10% do valor orçado, devido principalmente às despesas com a Diretoria (que teve momentaneamente seu quadro reduzido para 2 diretores) e a despesas com tributos.

5.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – EVOLUÇÃO COMPARATIVA

Contas	31/12/2016	31/12/2017	Variação %
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.549.031,26	1.811.512,36	16,94%
Pessoal e Encargos	818.004,31	1.027.967,33	25,67%
Conselheiros	120.749,76	128.186,88	6,16%
Diretoria	568.129,02	746.171,92	31,34%
Pessoal Próprio	129.125,53	153.608,53	18,96%
Salários	51.821,15	60.862,93	17,45%

Encargos	20.579,99	24.240,91	17,79%
Provisões	10.857,50	12.711,23	17,07%
Benefícios	45.866,89	55.793,46	21,64%
Treinamento/Congressos/Seminários	9.420,61	6.567,00	-30,29%
Viagens e Estadias	4.241,44	4.664,80	9,98%
Serviços de Terceiros	461.582,97	523.372,40	13,39%
Pessoas Físicas	167.261,62	213.644,85	27,73%
Consultoria Jurídica	90.552,00	110.191,21	21,69%
Assessoria Administrativa	76.709,62	103.453,64	34,86%
Pessoas Jurídicas	294.321,35	309.727,55	5,23%
Consultoria Atuarial	73.741,80	78.594,12	6,58%
Consultoria de Investimentos	7.400,00	0,00	-100,00%
Consultoria Contábil	124.147,69	134.465,41	8,31%
Informática	73.187,86	80.480,02	9,96%
Auditoria Contábil	12.564,00	16.188,00	28,84%
Conserto e Manutenção	3.280,00	0,00	-100,00%
Despesas Gerais	77.451,62	84.655,97	9,30%
Suprimentos	8.378,97	7.848,69	-6,33%
Diversas	69.072,65	73.457,28	6,35%
Energia	6.869,36	7.264,34	5,75%
Telefone	8.336,85	8.577,41	2,89%
Correios e Malotes	8.617,83	5.006,79	-41,90%
Comunicação de Dados	2.696,04	1.177,58	-56,32%
Impressões e Encadernações	3.338,70	2.285,88	-31,53%
Entidades e Associações	9.610,18	9.775,00	1,72%
Cartório, Publicações e Editais	570,37	1.571,14	175,46%
Condução e Transporte	1.102,90	1.945,58	76,41%
Aluguel	27.930,42	29.545,92	5,78%
Conserto e Manutenção	0,00	6.307,64	
Eventuais	0,00	3.350,00	
Depreciação e Amortização	6.612,95	6.833,33	3,33%
Tributos	171.717,36	157.451,53	-8,31%

Comentário: As despesas administrativas tiveram um acréscimo de 16,94% em relação ao exercício anterior. Comparativamente à inflação, medida pelo IPCA, da ordem de 2,95% e IGPM negativo de 0,53% (usado para reajustes de alugueis e contratos), as despesas administrativas ficaram muito acima desses índices.

As despesas administrativas, no valor de R\$ 1.811.512,86, representaram 56,51% do total de benefícios pagos aos participantes em 2017, no valor de R\$ 3.205.705,15. A Despesa per capita (total das despesas administrativas em relação ao número de participantes) foi de R\$ 9.993,75 e R\$ 11.687,75, em 2016 e 2017, respectivamente.

5.3. CONTROLE DAS FONTES DE CUSTEIO

Controle das Fontes de Custeio Utilizadas Através da Contabilidade	
Cálculo das Fontes de Custeio do PGA	
Fontes de Custeio Utilizadas	PGA Consolidado
I - Contribuição dos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Assistidos	531.362,32
II - Contribuição do Patrocinador e Instituidor	181.906,91
III - Reembolso do Patrocinador e Instituidor	
IV - Resultado dos Investimentos	1.969.846,25
Total das Fontes de Custeio	2.683.115,48
V - Receitas Administrativas	1.140.000,00
VI - Fundo Administrativo	1.298.139,39
VII - Dotação Inicial	
VIII - Doações	
Total das Fontes de Custeio Não Consideradas como Limitadores	2.438.139,39
Total das Fontes de Custeio Utilizadas Pelo Plano de Gestão Administrativa	5.121.254,87

Acumulado 31.12.17.

5.4. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Apuração da Taxa de Administração	
	Cálculo da Taxa de Administração	
	Recursos Utilizados Para a Cobertura das Despesas Administrativas	Plano BD
3.4	Cobertura das Despesas Administrativas com Recursos Previdenciais	
5.4	Cobertura das Despesas Administrativas com Recursos dos Investimentos	1.140.000,00
	Total	1.140.000,00
Código	Recursos Garantidores do Plano de Benefício	Plano BD
1.1	(+) Disponível	240.536,41
1.2.3.	(+) Realizável dos Investimentos	126.346.000,51
2.1.3.	(-) Exigível Operacional dos Investimentos	2.238,56
2.2.	(-) Exigível Contingencial dos Investimentos	
	(=) Recursos Garantidores do Plano de Benefícios	126.584.298,36
	Percentual da Taxa de Administração	0,90

Comentário: Do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, podem ser utilizados até o limite legal de 1% para as despesas administrativas (Lei Complementar N° 108/2001). A taxa de administração no percentual de 0,9% está dentro desse limite legal.

6. CONTROLE TRIBUTÁRIO E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Verifica-se através do controle tributário e das obrigações acessórias se a Entidade está retendo e recolhendo os impostos próprios e de terceiros; se as certidões negativas de débitos estão atualizadas e demais obrigações acessórias (DCTF, DIRF, DPREV, ISSQN, EFD PIS CONFINS, ECD, ECFE-FINANCEIA, E-SOCIAL, EFD-REINF, Envio a Receita Federal Recebimento de Contribuições (IN 1.452) e Informações ao COAF) estão regularizadas.

Relativo a este semestre, o Conselho solicitou da Entidade apenas as Certidões Negativas de Débitos dos Tributos Federais e Previdenciários; Débitos Estaduais e Municipais; Débitos de FGTS e Débitos Trabalhistas.

Foram apresentadas as certidões, com base em 05/2017, com exceção da certidão negativa de tributos municipais pelos motivos abaixo apresentados pela Diretoria:

- O imóvel alugado na rua Coelho de Resende, 1390, está pendente de pagamento da 2ª parcela do IPTU e da taxa de limpeza pública. A Diretoria notificou o inquilino para regularização das pendências.
- O imóvel localizado na rua Alagoas, 1149, está pendente de pagamento de IPTU e Taxa de Limpeza Pública do ano 2017. COQUEIRO, A TLP COMEÇOU A SER COBRADA EM 2018. Referido imóvel foi vendido em 03/2008, cujo cadastro junto à Prefeitura até hoje não foi atualizado. A Diretoria está providenciando a exclusão da PREVBEP como contribuinte desse imóvel.

O Conselho Fiscal também solicitou que a PREVEP apresentasse a Certificação dos Conselheiros. De acordo com planilha apresentada, posição de 10.07.2018, estão pendentes de Certificados o Titular do Conselho Fiscal Francisco Paula Coqueiro de Carvalho e os Suplentes Raimundo Braga Filho e Francisco das Chagas Borges de Carvalho, os quais já iniciaram o processo de Certificação.

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Auditores Independentes emitiram opinião de que *"as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BEP - Caixa de Previdência Social - PREVBEP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC"*.

Outro aspecto desse Relatório é a ênfase à Distribuição do Superávit. Segundo os auditores "continua pendente de resolução a questão da distribuição do superávit". Relatam as providências tomadas pela Entidade e dizem que "a expectativa da Diretoria é de finalizar esse processo no decorrer do exercício de 2018".

8. INDICADORES DE GESTÃO

O artigo 12 da Resolução CGPC nº 29/2009 estabelece: Caberá ao Conselho Fiscal da EFPC o acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004.

O Conselho Deliberativo é responsável por fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas que devem constar no regulamento do plano de gestão administrativa, devendo possibilitar a avaliação da relação entre a necessidade e adequação dos gastos com os resultados obtidos.

Os indicadores de gestão devem ser definidos pela Diretoria-Executiva da EFPC e suas metas para avaliação objetiva das despesas administrativas são de responsabilidade do Conselho Deliberativo, inclusive gastos com pessoal.

O IDG – Indicador de Desempenho de Gestão é uma ferramenta de governança produzida pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, que as Entidades utilizam para se comparar com as demais. As informações utilizadas pela ABRAPP são as mesmas que as Entidades enviam para a PREVIC, e a base de dados atual inclui cerca de mil planos.

Para este Relatório, o Conselho Fiscal escolheu 03 (três) indicadores de gestão, e realizou seu comparativo a outros Planos de Benefícios. Devido ao grande número de Planos, o IDG permite fazer comparativos por região demográfica, patrimônio, número de patrocinadores, quantidade de empregados, total de participantes e maturidade. O Conselho escolheu por patrimônio (na faixa de 100 a 500 milhões) por achar o mais adequado.

O Conselho escolheu como medida de tendência central a mediana, pois, diferentemente da média, a mediana da amostra não é afetada por valores extremos observados na amostra.



8.1. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Mede o percentual de recursos para cobertura das despesas administrativas da EFPC incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios.

PREVBEP – 0.90%

Demais Planos – 0,58%

8.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/RECURSOS GARANTIDORES

Mede o percentual de recursos gastos com despesas administrativas quando comparadas com os Recursos Garantidores.

PREVBEP – 1,43 %

Demais Planos – 0,68%

8.3. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/PARTICIPANTES DA ENTIDADE

Mede o volume médio anual da despesa administrativa por participante.

PREVBEP – R\$ 11.687,18

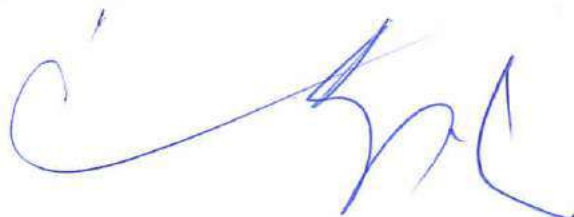
Demais Planos – R\$ 1.003,49

9. ANÁLISES, MANIFESTAÇÕES E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO

O presente relatório baseou-se no modelo apresentado pela UniAbrapp, no seminário Trilha de Contabilidade 2 – Relatórios de Controles Internos Semestrais e Parecer das Demonstrações Contábeis, realizado em 22 de fevereiro deste ano, ao qual esse Conselho se fez presente.

Após definição do *layout* pelo Conselho Fiscal, o Relatório contou com a contribuição da Diretoria Executiva no preenchimento dos dados e apresentação de toda a documentação requerida.

Objetivamente o Relatório focou nos aspectos mais importantes que dizem respeito ao cumprimento e adequação das normas legais constituídas; dos recursos garantidores e a administração e desempenho desses recursos; das aderências às premissas e hipóteses atuariais; das receitas e despesas do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa; da Gestão do Passivo; Execução Orçamentária; Controle Tributário e Obrigações Acessórias.



O Conselho Fiscal estudou e analisou os seguintes documentos, que são partes integrantes deste Relatório, não se constituindo em anexos, mas que podem ser solicitados à Diretoria Executiva:

- a) Balanços Patrimoniais 2016 e 2017;
- b) Relatório da ARC & Associados Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis;
- c) Avaliação Atuarial realizada pela Mirador relativa ao exercício 2017;
- d) Relatório da KPMG – Auditores Independentes sobre o Fundo BB Terra do Sol, em 31.12.2017;
- e) Relatório Anual de Informações 2017 da PREVBEP;
- f) Relatório PREVBEP de Acompanhamento das Ações Cíveis e Trabalhistas;
- g) Planilha PREVBEP de Certificação dos Conselheiros, posição 01.06.2018;
- h) 6ª Série de Estudos – PREVIC;
- i) Orçamento Econômico para o Exercício 2017 – PREVBEP;
- j) Atas do Conselho Deliberativo exercício 2017;
- k) Contratos dos Serviços de Terceiros, Assessores e Funcionários;
- l) IDG II – ABRAPP.
- m) Ofício PREVBEP Nº 2018/100, de 24/07/2018, que trata do Cadastro dos Participantes.

Concluindo este Relatório, e com base nas informações, números e comentários apresentados, o Conselho Fiscal apresenta as seguintes considerações finais:

1. Os recursos garantidores do Plano encontram-se bem administrados pela BBTVM, tanto quanto à alocação dos recursos, com também no desempenho satisfatório de sua rentabilidade. O Conselho chama a atenção para a taxa de administração de 0,09%. Estabelecida há bastante tempo, essa taxa, pode ou não estar em consonância com taxas praticadas no mercado. O Conselho sugere que se verifique as taxas praticadas por outras administradoras do porte da BBTVM para, se for o caso, negociar uma taxa menor.
2. O Plano apresenta boa solvência líquida, principalmente quando comparada com a de outros Planos de iguais porte e natureza.
3. Por conta do aumento elevado de 16,54% das Despesas Administrativas, em relação ao ano anterior, o Conselho procurou verificar a evolução dessas despesas nos últimos 05 (cinco) anos, a qual apresentamos abaixo, com um comparativo com a evolução da rentabilidade do Fundo BB Terra do Sol e de indicadores econômicos. O Conselho entende que o aumento das despesas administrativas deverá estar mais próximo dos indicadores econômicos.



Também preocupa esse crescimento, por saber que as rentabilidades obtidas até aqui pelo Fundo BB Terra do Sol não são garantias para rentabilidades futuras.

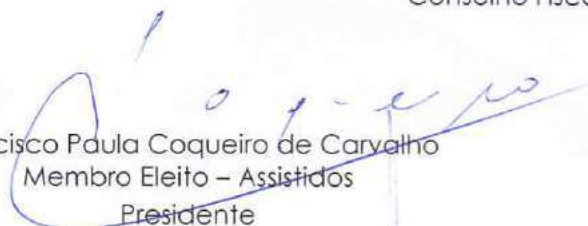
Ano	Despesas Administrativas em R\$ 1.000		Rentabilidade do Fundo BB Terra do Sol		Indicadores Econômicos Acumulados no Ano	
	Valor das Despesas	Acumulado no Ano em %	Rentabilidade em %	Acumulado no Ano em %	IPCA em %	IGPM em %
2013	881		1,89	1,89	5,91	5,52
2014	1.266	43,70	9,10	11,16	6,40	3,67
2015	1.419	61,07	8,66	20,79	10,67	10,54
2016	1.549	75,83	18,26	42,84	6,28	7,19
2017	1.812	105,61	13,49	62,11	2,94	-0,53
TOTAL		105,61		62,11	36,44	28,94

4. Os Indicadores de Gestão, como fonte de comparabilidade da qualidade e da alocação dos gastos administrativos, visa estimular a eficiência na gestão dos planos de benefícios. Os indicadores de Gestão constantes no item 8 deste Relatório vêm, de certa forma, corroborar que as despesas administrativas precisam de uma atenção maior, devendo, na medida do possível, serem contidas, ou até mesmo diminuídas, para garantia de equilíbrio operacional na gestão administrativa do Plano, sendo essencial quando se considera a necessidade de defesa dos interesses de participantes e patrocinador.
5. O Conselho Fiscal sugere a apresentação de outros Indicadores de Gestão, tais como: Despesas Administrativas de Investimentos e de Gestão Terceirizada em relação aos recursos garantidores; Serviços de Terceiros/Despesas Administrativas; Rentabilidade Total dos Ativos (metodologia IDG II).
6. Por solicitação do Conselho Deliberativo foi emitida Nota Técnica da Diretoria, em 30.11.2015, de alteração do Estatuto Social para redução da Diretoria de 3 (três) para 2 (dois) membros. A Nota conclui que existe a viabilidade técnica. Com o De Acordo do Conselho Deliberativo foi estabelecido um cronograma para essa alteração. O cronograma não teve prosseguimento, uma vez que o patrocinador, até esta data, não se manifestou a respeito do assunto. O Conselho entende que essa alteração do Estatuto é importante por contribuir para a diminuição das despesas administrativas, e sugere ao Conselho Deliberativo retomar o assunto junto ao patrocinador, mostrando o impacto nas despesas administrativas e o benefício que essa alteração irá trazer ao Plano.


10. RECOMENDAÇÕES FINAIS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Art. 19, incisos I e II, da Resolução CGPC nº 13, de 01.10.2004, "as conclusões, recomendações, análises e manifestação devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser tomadas". E, ainda, "devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos".

Teresina (PI), 30 de junho 2018
BEP – Caixa de Previdência Social – PREVBEP
Conselho Fiscal


Francisco Paula Coqueiro de Carvalho
Membro Eleito – Assistidos
Presidente


Francisco Antônio Celestino Barros
Membro Eleito – Ativos


Antônio Hilton do Nascimento
Membro Efetivo – Indicado


José Julimar Ramos Filho
Membro Efetivo – Indicado